



CONGRESSO NACIONAL



MPV-458

00068

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 17/02/2009	proposição Medida Provisória n.º 458 de 2009
--------------------	--

Autor Dep. Moreira Mendes	n.º do prontuário 049
-------------------------------------	--------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input type="checkbox"/> Modificativa	4. <input type="checkbox"/> Aditiva	5. Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	------------------------

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao § 2º do art. 6º da MP nº 458, de 2009 a seguinte redação:

“Art.6º:

§ 2º Os requisitos previstos nos incisos IV e V poderão ser excetuados para um dos cônjuges ou companheiros, e na hipótese de ambos serem servidores públicos, a alienação será feita de forma onerosa.”

JUSTIFICAÇÃO

A referida Medida Provisória possibilita a alienação e a concessão de direito real de uso gratuitas ou onerosas aos detentores de posse de terras da União, situadas na região da Amazônia Legal. Dentre os requisitos que condicionam a regularização fundiária ao ocupante e seu cônjuge ou companheiro estão as exigências previstas nos incisos IV e V do art. 6º de ter a sua principal atividade econômica advinda da exploração do imóvel e não exercer cargo ou emprego público.

O § 2º do art. 6º abre exceção dos requisitos previstos nos incisos IV e V para um dos cônjuges ou companheiros

É realidade bastante comum na Região Amazônica que grande parte da população trabalha como servidor público para complementar a renda proveniente de pequena propriedade que possui.

Esta situação não foi contemplada pela Medida Provisória que remete a regulamento os casos de exceção à regra geral e não prevê a modalidade de alienação.

Entendemos que para não criar uma situação injusta entre os que necessitam do imóvel para o sustento seu e de sua família em relação a quem, além do imóvel possuir outra atividade econômica, que a regularização seja feita de forma onerosa.

Em vista do exposto, solicita-se o apoio dos nobres pares.

Sala das sessões, 17 de fevereiro de 2009.

Deputado Moreira Mendes
(PPS/RO)

